



Araçariguama, 03 de maio de 2024.

**Ofício nº 046/2024 – GP**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência, que foi sancionado:

**LEI COMPLEMENTAR Nº 191 DE 03 DE MAIO DE 2024**, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 05/2024, Autógrafo nº 1239/2024 que Acrescenta e altera a Lei Complementar nº 71, de 21 de setembro de 2006, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.

**RODRIGO DE ANDRADE**  
**Prefeito Municipal de Araçariguama**

**Ao Excelentíssimo Senhor**  
**MARCO PAULO DAL BELLO**  
**DD. Presidente da Câmara de Araçariguama**



**LEI COMPLEMENTAR Nº 191 DE 03 DE MAIO DE 2024**  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2023**  
**AUTÓGRAFO Nº 1239/2024**

Acrescenta e altera a Lei Complementar nº 71, de 21 de setembro de 2006, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e dá outras providências.

**RODRIGO DE ANDRADE**, Prefeito do Município de Araçariguama, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 71, de 21 de setembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 79. (...)

(...)”

**Seção Única**  
**Do Cancelamento ou Substituição da NFS-e**

Art. 79-A. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e poderá ser cancelada antes do recolhimento do ISS desde que não tenha ultrapassado o prazo de dois (2) meses, contados da data de emissão da NFS-e e não tenha sido gerado o certificado.

Art. 79-B. Havendo o recolhimento do ISS a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo, protocolizado pelo interessado, instruído com o distrato de contrato de prestação de serviços assinado e com firma reconhecida.

Parágrafo único. Sendo deferido o cancelamento da NFS-e, o valor recolhido a título de ISS ficará como crédito a ser compensado na próxima guia.



Art. 79-C. A NFS-e poderá ser substituída pelo emitente, utilizando-se do sistema eletrônico até o encerramento da competência.

§ 1º A substituição da NFS-e somente será admitida quando houver erro no preenchimento das informações do tomador.

§ 2º Não será aceita a substituição de NFS-e para fins de alteração de valores de serviços prestados e/ou por não cumprimento do prazo de entrega dos serviços.

..... (NR)''

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, respeitando-se, no que couber, os princípios estabelecidos no artigo 150, inciso III, alíneas "b" e "c" da Constituição Federal de 1988.

Araçariguama, 03 de maio de 2024.

**RODRIGO DE ANDRADE**  
**Prefeito Municipal**